

Estudo Técnico Preliminar

Neste Estudo Técnico Preliminar - ETP, o objetivo é apresentar o levantamento e a análise dos dados referentes ao perfil socioeconômico do Município de Belém que embasarão a precificação do ativo folha e pagamentos, conforme o Termo de Referência cujo objetivo foi a "Contratação de Serviços de assessoria técnica especializada destinados a dar subsídios à contratação de instituição financeira para prestação, de forma exclusiva, dos serviços referentes à centralização e ao processamento de 100% (cem por cento) de créditos provenientes da folha de pagamento gerada pela Prefeitura Municipal de Belém".

Para o cumprimento desta etapa, foi solicitado à Prefeitura uma série de documentos para a realização das análises críticas necessárias ao apoio à estruturação do processo, em prol da venda da administração da folha de pagamentos, do Município. Com esse intuito, foram requisitadas as seguintes informações:

- Folha remuneratória dos servidores ativos, inativos e pensionistas da administração pública municipal;
- Folha de pagamento dos empréstimos e financiamentos concedidos aos servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários;
- Realização dos pagamentos a fornecedores;
- Realização de pagamentos a credores do Município;
- Recebimento de receitas tributárias por parte do Município;
- Taxas e os custos de serviços bancários praticados pela Prefeitura;
- Saldo médio e demais informações bancárias referentes à folha de pagamento;
- Planejamento orçamentário da Prefeitura para os próximos anos;
- Balanço do exercício financeiro anterior;

- Lei de diretrizes Orçamentárias de 2023, 2024 e a LOA;
- Perfil socioeconômico do município.

Uma pesquisa mais ampla sobre o Município também foi realizada. Para esse fim, foram utilizadas bases de dados públicas, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Finanças do Brasil (Finbra), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal de Contas do Município (TCM) entre outras, visando levantar informações e dados mais abrangentes que contribuíssem na elaboração do processo licitatório em questão.

A análise, dos dados sobre o Município, foi utilizada para caracterizar, de forma geral, o perfil socioeconômico do local e de seus servidores. Da mesma forma, levou em conta a situação do contexto macroeconômico e financeiro no qual o país se encontra. Porém, sem esquecer o potencial que o serviço de intermediação da folha tem como gerador de ganhos à instituição financeira.

Importante salientar que o presente ETP foi realizado de acordo com o termo de referência, assim o objeto de estudo se reserva ao universo do TR, bem como os princípios e as normas que regulamentam a matéria.

1. Perfil Socioeconômico Municipal

O objetivo deste item é apresentar uma análise dos dados do Município de Belém, visando caracterizar, de forma geral, o perfil socioeconômico municipal, considerando os dados coletados.

1.1. Breve histórico

Belém é a capital do Estado do Pará, o segundo maior estado do Brasil, situado na região norte do país, com uma extensão de 1.247.689,515km². O Estado é o mais populoso e rico da região e encontra-se dividido em 144 municípios. A colonização do Pará foi iniciada em 1616, pelos portugueses, com a construção do Forte do Presépio, atualmente conhecido como Forte do Castelo, na baía de Guajará. Ao redor do forte nasceu o povoamento de Feliz Lusitânia que mais tarde passou a ser conhecido como Santa Maria de Belém.

O período foi de guerras consequentes do processo de colonização por meio da escravização das tribos indígenas Pacajás e Tupinambás e das invasões dos holandeses, franceses e ingleses. Passada essa fase a cidade passou a ser chamada de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará.

Com o tempo, Belém atingiu características de cidade portuária e transformou-se em um polo comercial, atuando como porta de entrada para a Região Amazônica e elo entre Portugal e o Estado do Grão-Pará.

No século XVIII, com a nomeação do irmão do Marquês de Pombal para o cargo de governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a cidade cresceu. No mesmo período, surge a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Belém se transformou num dos centros administrativos e econômicos do local. Belém também avançou em direção a mata e passou a também ser centro de penetração do interior e de conquista do Amazonas. Assim, em 1774, Belém foi elevada a sede da capital.

No final do século XIX e início do século XX, com a Era da Borracha e a chegada de imigrantes tanto brasileiros quanto estrangeiros, Belém se destacou e foi considerada a cidade brasileira mais desenvolvida e uma das mais ricas do mundo. No entanto, com a I Guerra e a crise do ciclo da borracha, esse processo de desenvolvimento perde força.

Na segunda metade do século XX, entre os anos de 1960 e 1970, Belém se verticalizou e seu perímetro urbano cresceu influenciado pelo processo de industrialização do Brasil e esforços de desenvolvimento e integração da região da Amazônia ao restante do país. A cidade recebeu infraestrutura, rodovias e hidrovias, e indústrias que atraíram mais migrantes para o município e regiões vizinhas propiciando um maior desenvolvimento econômico.

1.2. Levantamento e análise dos dados socioeconômicos

Este item tem por objetivo demonstrar as perspectivas negociais que se apresentam a partir de uma atuação em parceira com a Prefeitura de Belém. As variáveis aqui tratadas são aquelas que podem ser de interesse das instituições financeiras com potencial para participar do certame.

Inicialmente, foram realizados levantamentos sobre a organização territorial, os aspectos demográficos e sociais, as atividades econômicas, o mercado de trabalho e os indicadores de desenvolvimento do Município.

As fontes da pesquisa foram o próprio Município – por intermédio de interlocutores destacados nas secretarias pertinentes – e *sites* como os do TCE, da Prefeitura de Belém, Belém em Números, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Ministério do Trabalho e Emprego e Previdência, entre outros.

O indicador econômico utilizado foi o produto interno bruto (PIB). Seu cálculo e divulgação são de responsabilidade do IBGE, instituição da administração pública federal subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, principal provedor de dados e informações do Brasil. Os dados do PIB são de 2021 e os dados de suas séries revisadas têm como referência o ano de 2010 e seguem a nova referência das Contas Nacionais (IBGE Cidades, 2024)

Como indicadores de desenvolvimento serão utilizados o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). Esses índices são desdobramentos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O IDH foi criado com base nas três dimensões conceituais básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente. O IDH é uma medida geral e sintética do progresso, a longo prazo, considerando o desenvolvimento humano a partir de

três componentes básicos: (i) a longevidade, refletindo as condições de saúde da população; (ii) a renda, baseada no PIB *per capita* em paridade de poder de compra; e (iii) a educação.

Assim, o IDH é considerado chave para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas e, especificamente no Brasil, tem sido utilizado como referência pelo Governo Federal que dele desdobrou o IDH-M, objetivando as informações específicas de cada município. O IDHM pode ser consultado por meio do Atlas Brasil do PNUD que utiliza indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade com dados retirados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e de registros administrativos com fontes variadas que são apresentadas ao longo do perfil municipal pesquisado.

A função dos indicadores é cooperar com o entendimento dos fenômenos sociais e econômicos que costumam mudar com frequência e que devem ser entendidos para uma melhor tomada de decisão. Com o IFDM e o IFGF, a FIRJAN procura incentivar as economias locais em seus desenvolvimentos. O IFDM tem o intuito de analisar a oferta de serviços básicos pelos municípios. O IFGF refere-se à análise dos gastos públicos propiciando capacidade de acompanhamento para a população e de parâmetro de responsabilidade para os gestores em suas decisões.

O IFDM foi criado, em 2008, pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), com base no modelo do IDH-M, para acompanhar permanentemente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. O IFDM considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano: o emprego e renda, a educação e a saúde, e é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Atualmente, o período mais

recente disponibilizado para consulta do IFDM é a Edição 2018 - ano-base 2016.

O IFGF nasceu em 2012 com o objetivo de colaborar com uma gestão pública eficiente considerando que o equilíbrio das contas públicas permite um ambiente de negócios competitivo que impacta a geração de emprego e, por conseguinte, a geração de renda. Utiliza as seguintes categorias: receita própria, gastos com pessoal, investimento e liquidez. A média desses quatro indicadores forma o IFGF.

O objetivo do IDH é oferecer um contraponto ao PIB *per capita*, muito utilizado, mas que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH leva o foco para o ser humano. Da mesma forma, a utilização dos índices IDH-M e IFDM têm o mesmo intuito de complementar a avaliação do PIB *per capita* municipal, que também expõe apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

A partir das informações reunidas nessa etapa, foi esboçado o cenário socioeconômico do Município de Belém, de forma a avaliar suas características e perspectivas de desenvolvimento e assim conhecer o potencial do ativo folha de pagamento.

1.3. Aspectos Geopolíticos

O município de Belém pertence ao estado do Pará, localizado na Região Norte do Brasil e tem uma área de 1.059,466Km² (IBGE, 2024). A Região Norte do Brasil é a maior entre as regiões do país no que tange a sua extensão territorial e a que reúne a maior biodiversidade por conta da Floresta Amazônica. Essa região também inclui os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Belém é capital do Estado do Pará e uma das cidades mais importantes dessa região. Pertence a Região Metropolitana de Belém que é formada por sete municípios: Belém, Ananindeua, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santas Izabel do Pará. Os municípios limítrofes são: Santo Antônio do Tauá (a nordeste), Santa Bárbara do Pará (a leste), Benevides e Ananindeua (a sudeste), Acará (ao sul) e Barcarena (a sudoeste). Possui ainda saída para o oceano Atlântico pela Baía do Guarujá (a oeste) e é banhada pelo rio Guamá (ao sul). Abaixo, a figura 1.3.1 mostra o mapa da localização de Belém.

SEMAD
Secretaria de
Administração

BELÉM
PREFEITURA
TAMO JUNTO POR VIDA MELHOR

Figura 1.3.1: Localização de Belém – PA.



Fonte: GoogleMaps, 2024

Um dos principais acessos ao município se dá por meio da BR-153, Rodovia Presidente João Goulart, igualmente chamada de Rodovia Transbrasiliana e de Rodovia Belém-Brasília. É a quinta maior rodovia do Brasil e a principal ligação do Meio-Norte do Brasil com a região geoeconômica Centro-Sul, conforme a figura 1.3.2.

Figura 1.3.2: Mapa Rodovia BR-153



Fonte: GoogleMaps, 2024

1.4. Aspectos Demográficos

De acordo com o Censo 2022 (IBGE, 2024), Belém tinha uma população de 1.303.403 habitantes. Dentre todos os municípios brasileiros, Belém é o 12º em termos de número de habitantes. A mesma posição é mantida quando ao considerarmos apenas as capitais das 27 unidades federativas do país.

Na Região Norte, Belém é o 2º município mais populoso, sendo o 1º município em termos de habitantes do estado do Pará. Sua população correspondia a 17,25% da população do estado. Belém é também densamente populoso com 1.230,25 habitantes por km², é a segunda maior densidade demográfica do Pará com uma média de 3,08 moradores por residência.

Segundo os dados do Censo 2010, 99% da população do município

residia em área urbana. Ainda em 2010, as mulheres representavam 53,14% da população e os homens, 46,86% (IBGE, 2024; Plataforma Cidade Única, 2024).

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2024), em 2022, o município tinha 1.065.620 eleitores, sendo 571.985 mulheres e 493.635, homens. Ou seja, 53,68% dos eleitores eram mulheres e 46,32%, homens. Esse contingente de eleitores representa, aproximadamente, 82% da população de Belém e está distribuído de acordo com a tabela 1.4.1, a seguir.

Tabela 1.4.1 – Estatística do eleitorado por sexo e faixa etária – Belém

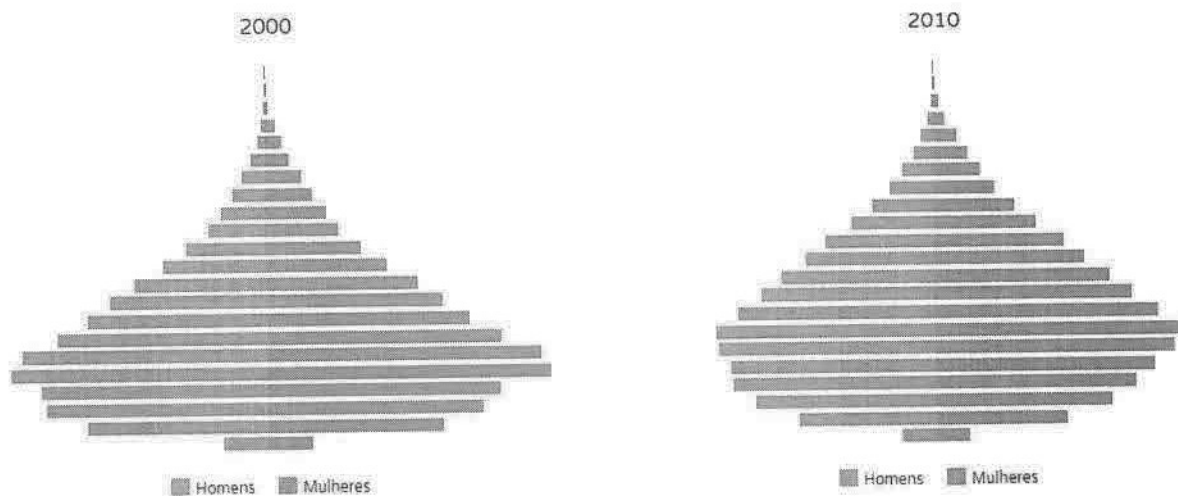
FAIXA ETÁRIA	FEMININO (F)	MASCULINO (M)	TOTAL (T)	%F/T	%M/T	%/TT
Inválido	5	2	7	71,43%	28,57%	0,00%
16 anos	3.368	2.846	6.214	54,20%	45,80%	0,58%
17 anos	5.367	4.883	10.250	52,36%	47,64%	0,96%
18 anos	7.690	7.426	15.111	50,89%	49,11%	1,42%
19 anos	8.785	8.180	16.965	51,78%	48,22%	1,59%
20 anos	9.343	8.724	18.067	51,71%	48,29%	1,70%
21 a 24 anos	43.894	41.934	85.828	51,14%	48,86%	8,05%
25 a 29 anos	56.860	52.700	109.560	51,90%	48,10%	10,28%
30 a 34 anos	54.730	49.256	103.986	52,63%	47,37%	9,76%
35 a 39 anos	58.330	51.566	109.896	53,08%	46,92%	10,31%
40 a 44 anos	61.483	53.284	114.767	53,57%	46,43%	10,77%
45 a 49 anos	54.289	46.351	100.640	53,94%	46,06%	9,44%
50 a 54 anos	49.100	42.220	91.320	53,77%	46,23%	8,57%
55 a 59 anos	43.653	36.517	80.170	54,45%	45,55%	7,52%

60 a 64 anos	36.966	30.926	67.892	54,45%	45,55%	6,37%
65 a 69 anos	30.004	23.877	53.881	55,69%	44,31%	5,06%
70 a 74 anos	22.818	16.612	39.430	57,87%	42,13%	3,70%
75 a 79 anos	13.523	9.122	22.645	59,72%	40,28%	2,13%
80 a 84 anos	7.073	4.597	11.670	60,61%	39,39%	1,10%
85 a 89 anos	3.150	1.847	4.997	63,04%	36,96%	0,47%
90 a 94 anos	1.177	594	1.771	66,46%	33,54%	0,17%
95 a 99 anos	278	150	428	64,95%	35,05%	0,04%
100 anos ou mais	99	21	120	82,50%	17,50%	0,01%
TOTAL (TT)	571.985	493.635	1.065.615	53,68%	46,32%	100,00%

Fonte: TSE (2024)

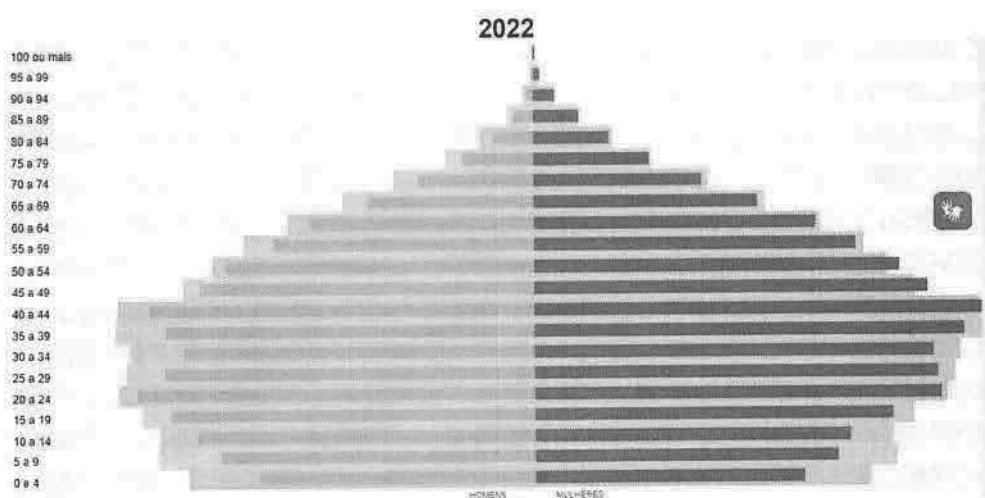
A comparação entre as pirâmides etárias de 2000, 2010 e 2022 (gráfico 1.4.2) demonstra uma mudança de perfil no período 2000 - 2010, com estreitamento na base e alargamento no meio da pirâmide, tendência que segue no período compreendido entre os anos de 2010 e 2022. Em 2000, 31,97% da população era composta por jovens entre 15 e 29 anos. Em 2010, esse percentual caiu para 28,63% e seguiu caindo para 24,58%, em 2022. Por outro lado, a população acima de 60 anos passou de 6,95%, em 2000, para 9,31% em 2010 e seguiu aumentando chegando a 19,05% em 2022 (Relatórios Dinâmicos, 2024; IBGE, 2024).

Gráfico 1.4.2 - Pirâmides Etárias com distribuição por sexo – Belém 2000, 2010 e 2022



SEMAD
Secretaria de
Administração

BELEM
PREFEITURA
TAMO JUNTO POR VIDA MELHOR



Fonte: IBGE(2024); Relatórios Dinâmicos, 2024)

1.5. Saneamento Básico

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) foi concebido em 1996 pelo Governo Federal. Atualmente, está vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento (SNS) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). É uma base de dados primários com coleta anual por tipo de componente do setor saneamento. No caso do componente água e esgoto, essa coleta acontece via ofício respondido pelos prestadores do serviço que podem ser: companhias estaduais de saneamento, empresas e autarquias municipais ou empresas privadas. O envio dos dados, das informações, é uma condição para o recebimento de recursos para investimentos em serviços de: água, esgoto, resíduos sólidos e águas pluviais desde 2018.

O SNIS, coleta dados dos municípios e dos prestadores de serviços de saneamento e os disponibiliza por meio de diagnósticos e séries históricas. Os dados utilizados para a elaboração dessas séries têm por base os dados do IBGE já consolidados que, no caso, referem-se ao ano-base 2021.

No ano de 2021, segundo o IBGE (2024), a população total de Belém era de 1.506.420 habitantes. Desses, 1.493.529 habitantes formavam a população

urbana, ou seja, 99% da população total.

Segundo SNIS (2024), 1.157.580 habitantes eram atendidas com abastecimento de água. Ou seja, 76,84% dos moradores urbanos de Belém tinham acesso à rede de água geral enquanto a média do Pará é de 48,22% e a do país, 84,2%. O consumo médio per capita do município é de 112,2 litros por habitante, por dia. Enquanto o do Estado era 135,26l/hab/dia e o do país, 143,70l/hab/dia. As tabelas abaixo demonstram, respectivamente, a situação de Belém em relação à distribuição de água tratada e esgotamento sanitário com ano-base 2021.

Tabela 1.5.1 – Distribuição de água tratada –Belém– 2021

Distribuição de água tratada	Quantidade
População total	1.506.420
População urbana atendida com abastecimento de água (habitantes)	1.157.580
Índice de atendimento total de água (%)	76,84%

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis)

Tabela 1.5.2 – Distribuição de esgotamento sanitário –Belém– 2021

Distribuição de esgotamento sanitário	Quantidade
População total	1.506.420
População urbana atendida com esgotamento sanitário (habitantes)	257.912
Índice de atendimento total de esgotamento sanitário (%)	17,12%

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis)

Assim como o abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário, a coleta de resíduos também é um serviço que impacta a saúde e melhora a qualidade de vida das populações. Segundo o SNIS (2024), 96% dos moradores urbanos eram atendidos.

1.6. Indicadores de Desenvolvimento

1.6.1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

A criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) buscou oferecer um complemento ao indicador Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera

apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano, ponderando três componentes básicos:

- A longevidade, que também reflete as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer;
- A educação, medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e da taxa combinada de matrículas realizadas; e
- A renda, medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC) (PNUD, 2015; Atlas, 2024).

A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda e a combinação destes índices em um indicador síntese. O tema do desenvolvimento humano sustentável passou a ter relevância internacional no debate sobre o desenvolvimento. Ele chamou a atenção para o fato de que nem sempre o aumento de riqueza representa melhoria da qualidade de vida da população. Países com renda per capita elevada podem apresentar indicadores de desenvolvimento humano baixos e vice-versa. Dessa forma, o IDH é considerado um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado largamente como referência, inclusive pelo Governo Federal.

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas considera a realidade brasileira e os indicadores utilizados no país. Assim, mesmo que meçam os mesmos

fenômenos, os indicadores do IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros e demonstrar a evolução das três dimensões, longevidade, educação e renda, dentro desse contexto.

O IDHM utiliza cinco faixas para sua classificação: muito baixo (0,000 a 0,499); baixo (0,500 a 0,599); médio (0,600 a 0,699); alto (0,700 a 0,799); e muito alto (0,800 a 1,000). Ou seja, quanto mais próximo de 1 for o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.

O IDHM do Município de Belém – PA era 0,746, em 2010, ou seja, na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribuiu com o IDH-M do Município foi a Longevidade, com índice 0,822, considerado muito alto, seguida do índice de Renda, 0,751, considerado alto e Educação, 0,673, considerado médio (Atlas Brasil, 2024). Na época, o município se encontrava na 628ª posição do *ranking* entre os 5.565 municípios brasileiros (Atlas, 2024). Com relação aos municípios de seu estado, o estado do Pará, o município estava na 1ª posição do ranking.

Abaixo, a tabela 1.6.1 demonstra a evolução do IDH-M de Belém do ano de 1991 para o ano de 2010 e o crescimento dos índices, em termos absolutos, por componente de avaliação.

Tabela 1.6.1 - Evolução IDHM 1991-2010 - Belém

IDHM Belém			
	1991	2010	Crescimento em termos absolutos
Geral	0,505	0,746	0,241
Longevidade	0,658	0,822	0,164
Renda	0,617	0,751	0,134
Educação	0,318	0,673	0,355

Fonte: Atlas (2024)

Para o ano de 2021, o Atlas Brasil disponibilizou informações com base nos Censos demográficos (2000 e 2010) e PNAD Contínua (2019 e 2021) para as 16

Regiões Metropolitanas (RM) disponíveis. Nesse cenário, o IDHM da RM-Belém era 0,769, em 2019, passando para 0,745 em 2021. A RM-Belém ocupava 11º lugar. O melhor IDHM pertencia a RM-São Paulo e o menor a RM-Manaus. A tabela 1.6.2 demonstra a posição da RM-Belém em relação as 16 regiões metropolitanas disponíveis (Atlas, 2024).

Tabela 1.6.2 – Ranking IDHM 2021 – ranking RM-Belém em relação as RMs disponíveis

Territorialidades	IDHM 2021	IDHM Educação 2021	IDHM Longevidade 2021	IDHM Renda 2021
RM São Paulo	0,842	0,849	0,89	0,791
RM Florianópolis	0,833	0,83	0,862	0,808
RM Curitiba	0,81	0,809	0,853	0,77
RM Rio de Janeiro	0,805	0,774	0,869	0,776
RM Belo Horizonte	0,797	0,801	0,824	0,767
RM Grande Vitória	0,796	0,769	0,883	0,743
RM Porto Alegre	0,788	0,749	0,834	0,783
Brasil	0,766	0,757	0,819	0,724
RM Goiânia	0,764	0,8	0,758	0,735
RM Vale do Rio Cuiabá	0,76	0,792	0,762	0,727
RM Recife	0,746	0,782	0,773	0,688
RM Belém	0,745	0,76	0,764	0,711
RM Fortaleza	0,745	0,8	0,729	0,709
RM Natal	0,743	0,699	0,781	0,752
RM Salvador	0,727	0,734	0,732	0,716
RM Grande Teresina	0,721	0,765	0,724	0,676
RM Grande São Luís	0,719	0,811	0,689	0,665
RM Maceió	0,717	0,712	0,758	0,682
RM Manaus	0,711	0,758	0,709	0,67
Pará	0,69	0,686	0,744	0,645

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Em 2000, o IDHM da RM-Belém era 0,621, ou seja, na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribuiu com esse IDH-M foi a Longevidade, com índice 0,752, considerado alto, seguida do índice de Renda, 0,672, considerado médio e Educação, 0,474,

considerado muito baixo (Atlas Brasil, 2024).

No ano de 2010, o IDHM da RM-Belém melhora de categoria. O IDHM geral passou de 0,621 (médio), em 2000, para 0,729 (alto), em 2010. Assim como os componentes Longevidade, Renda e Educação também melhoram de categoria. Longevidade era 0,752 (alto), em 2000, e passou para 0,817 (muito alto), em 2010; Renda era 0,672 (médio), em 2000, e passou para 0,722 (alto) e Educação era 0,474 (muito baixo), em 2000, e passou para 0,656 (médio), subindo duas classificações.

Em 2020, O IDHM da RM-Belém se manteve na categoria Alto assim como as dimensões Longevidade e Renda também se mantiveram na mesma categoria. Respectivamente Muito Alto e Alto. O destaque continuou com a Educação que seguiu subindo de 0,656 (médio), em 2010 e passou para 0,774 (alto), em 2020. De 2020 para o ano seguinte, 2021, o IDHM e as dimensões Renda e Educação se mantiveram nas mesmas categorias, Alto. No entanto, o índice Longevidade passou de 0,803 (muito alto) para 0,764 (alto).

Abaixo, a tabela 1.6.3 demonstra a evolução do IDH-M da RM-Belém do para os anos 2000, 2010, 2020 e 2021.

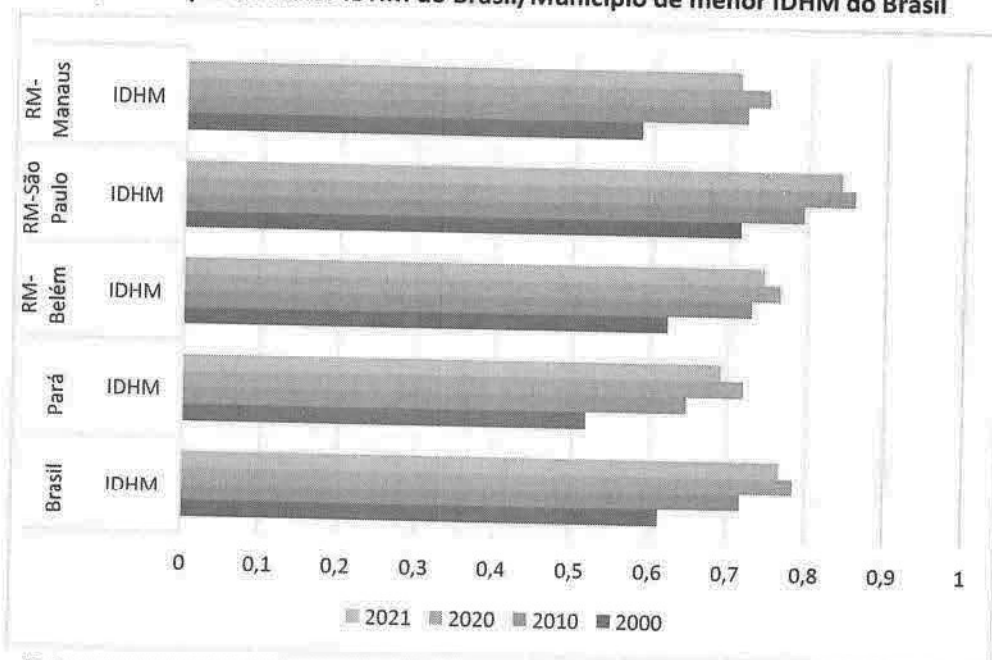
Tabela 1.6.3 - Evolução IDHM RM-Belém 2000, 2010, 2020 e 2021

IDHM e seus indicadores na RM-Belém – 2000,2010, 2020, 2021				
	2000	2010	2020	2021
Geral	0,621	0,729	0,765	0,745
Longevidade	0,752	0,817	0,803	0,764
Renda	0,672	0,722	0,720	0,711
Educação	0,474	0,656	0,774	0,760

Fonte: Atlas (2024). Pnud Brasil (2024), Ipea (2013) e FJP (2022).

No período compreendido entre 2000 a 2021, o IDHM da RM-Belém passou de 0,621, em 2000, para 0,745 em 2021 (tabela 1.6.1.3), enquanto o IDHM do Estado do Pará, passou de 0,573 para 0,761 (tabela 1.6.1.4). O fato representa uma taxa de crescimento de 41,8% para o Município e 32,8% para o estado. A seguir, gráfico comparativo da evolução do IDHM da RM-Belém com relação ao IDHM da RM de melhor categoria em 2022, São Paulo, a menor em 2022, RM-Manaus, do Brasil e do Estado do Pará (gráfico 1.6.3.1).

Gráfico 1.6.3.1 - Evolução do IDHM 2000/2010/2020/2021 – RM-Belém/ Estado do Pará/Brasil/município de maior IDHM do Brasil/Município de menor IDHM do Brasil



Fonte: Atlas (2024), Ipea (2024), Pnud Brasil (2024)

Em seguida, a tabela 1.6.4 demonstra essa evolução com seus respectivos valores.

Tabela 1.6.4 - Evolução IDHM Brasil/ Pará/ RM-Belém/ RM-São Paulo/ RM 2000, 2010, 2020 e 2021

IDHM – Brasil/ Pará/ RM-Belém/ RM- São Paulo/ RM- Manaus 2000, 2010, 2020, 2021				
	2000	2010	2020	2021
Brasil	0,612	0,717	0,784	0,766
Pará	0,518	0,646	0,719	0,69
RM-Belém	0,621	0,729	0,765	0,745
RM-São Paulo	0,714	0,794	0,859	0,842
RM-Manaus	0,585	0,72	0,748	0,711

Fonte: Atlas (2024), Pnud Brasil (2024), Ipea (2013) e FJP (2022).

1.7. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM e o Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF

1.7.1. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM

Nos moldes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), em 2008, propôs a criação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para acompanhar o desenvolvimento humano, econômico e social de todos os mais de cinco mil municípios brasileiros. O índice é feito com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizados pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde (Firjan, 2022).

A metodologia adotada pelo índice pretende determinar se a melhora relativa ocorrida em um município específico é consequência de políticas específicas ou é apenas um reflexo da queda dos demais municípios. O ano referência utilizado é o ano de 2016, o último ano de estudo disponibilizado, ou seja, o mais atual, pela FIRJAN.

O IFDM considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde, conforme descritas no quadro 1.7.1, a seguir.

Quadro 1.7.1 - Resumo das Variáveis Componentes do IFDM - por Área de Desenvolvimento

IFDM		
Emprego & Renda	Educação	Saúde
▪ Geração de emprego formal ▪ Absorção da mão de obra local ▪ Geração de Renda formal ▪ Salários médios do emprego formal ▪ Desigualdade	▪ Matrículas na educação infantil ▪ Abandono no ensino fundamental ▪ Distorção idade-série no ensino fundamental ▪ Docentes com ensino superior no ensino fundamental ▪ Média de horas aula diárias no ensino fundamental ▪ Resultado do IDEB no ensino fundamental	▪ Número de consultas pré-natal ▪ Óbitos por causas mal-definidas ▪ Óbitos infantis por causas evitáveis ▪ Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Firjan (2024)

Os resultados variam entre 0 e 1, quão mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento da localidade. A intenção é poder comparar o índice no

decorrer dos anos e verificar se a melhora ocorrida em determinado município é consequência da adoção de políticas específicas ou reflexo da queda dos índices dos demais municípios. As classificações estipuladas são: municípios com IFDM entre 0 e 0,4 são considerados de baixo estágio de desenvolvimento; entre 0,4 e 0,6, de desenvolvimento regular; entre 0,6 e 0,8, de desenvolvimento moderado; e entre 0,8 e 1,0, de alto desenvolvimento (tabela 1.7.2).

Tabela 1.7.2 – IDFM - classificação

Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4	baixo estágio de desenvolvimento
Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6	desenvolvimento regular
Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8	desenvolvimento moderado
Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0	alto estágio de desenvolvimento

Fonte: FIRJAN (2024)

A tabela 1.7.3 relaciona o IFDM consolidado e suas respectivas dimensões. O IFDM consolidado (Edição 2018 - Ano base 2016) de Belém foi avaliado em 0,6918, portanto, considerado de desenvolvimento moderado, ocupando 2318ª posição no ranking nacional e 7ª posição do ranking estadual. O índice está acima da mediana que é 0,6743 (FIRJAN, 2022).

Com relação as suas dimensões, o índice para Saúde 0,7694 é o maior e está bem próximo da mediana que é 0,6743. Com relação as áreas de desenvolvimento, o índice Saúde se destaca com o valor de 0,7351. Em seguida, vem o índice para Emprego e Renda, 0,6734 e ,por último, Emprego & Renda, 0,6668 (tabela 1.6.2.2).

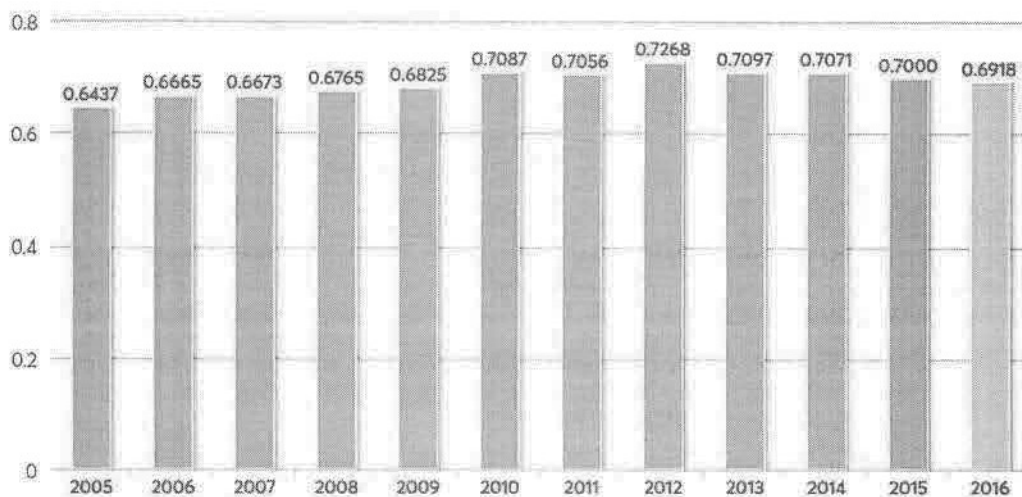
Tabela 1.7.3 –Belém - IFDM consolidado e de suas dimensões (Edição 2018 – Ano base 2016)

IFDM	Valor	Classificação
IFDM - consolidado	0,6918	Desenvolvimento moderado
Saúde	0,7351	Desenvolvimento moderado
Emprego & Renda	0,6734	Desenvolvimento moderado
Educação	0,6668	Desenvolvimento moderado

Fonte: Firjan (2024).

O gráfico 1.7.4, a seguir, demonstra a evolução do IFDM consolidado de Belém e os gráficos 1.7.5, 1.7.6 e 1.7.7 demonstram a evoluções de suas dimensões para o período compreendido entre os anos de 2005 e 2016.

Gráfico 1.7.4 - Evolução do IFDM consolidado – Belém - 2005 - 2016



Fonte: Extraído de Firjan IFDM (2024)

SEMAD
Secretaria de
Administração

BELEM
PREFEITURA
TAMO JUNTO POR VIDA MELHOR

Gráfico 1.7.5 - Evolução do IFDM Educação - Belém - 2005 - 2016

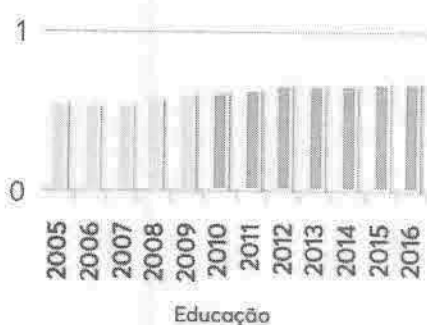
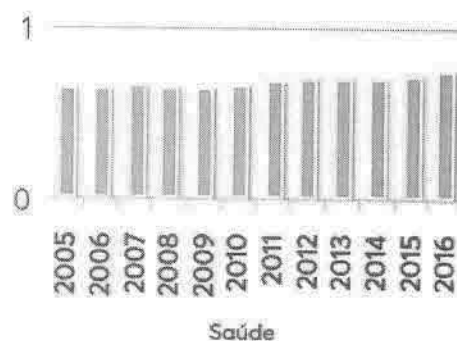
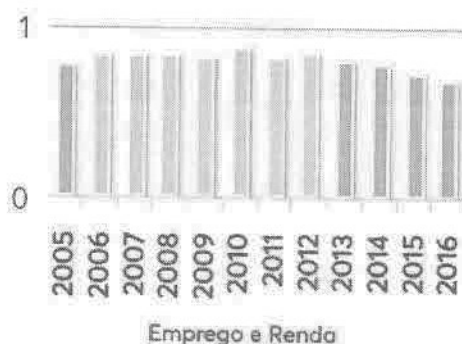


Gráfico 1.7.6 - Evolução do IFDM Saúde - Belém - 2005 - 2016



Fonte: Extraído de Firjan IFDM, 2024

Gráfico 1.7.7 - Evolução do IFDM Emprego e Renda - Belém - 2005 - 2016



Fonte: Extraído de Firjan IFDM, 2024

Segundo a série histórica acima (gráfico 1.7.7), o IFDM consolidado de Belém apresentou crescimento regular entre os anos de 2005 e 2012 quando entrou numa curva descendente, mas se mantendo acima da mediana.

Segundo a Firjan (2024), o IFDM Brasil, em 2016, era 0,6678, consequência da crise econômica que se iniciou em 2014 e gerou uma grave recessão no país fazendo com que o nível socioeconômico das cidades recuasse no decorrer dos

últimos anos.

Por exemplo, para o índice Emprego e Renda, de acordo com o estudo apresentado pela Firjan (2024), foram fechados três milhões de postos de trabalho formais, no Brasil, entre os anos de 2015 e 2016. Em 2016, aproximadamente 60% das cidades fecharam postos de trabalho, incluindo as capitais e grandes centros econômicos. Ou seja, os resultados continuaram baixos para Emprego e Renda.

A pesquisa ressalta que a crise foi tão aguda que mesmo que o índice Emprego e Renda cresça com variação média de 1,5%, taxa média do indicador para os anos de 2009 e 2012, período anterior a recessão, o país só voltará aos níveis de 2013 no ano de 2027.

Esse desempenho negativo do índice Emprego e Renda apresentou forte impacto nos índices Educação e Saúde impedindo o progresso dos mesmos. A evolução desses dois índices, mesmo apresentando algum crescimento, chama a atenção para o fato de que a crise não foi apenas econômica, também teve impactos sociais e afetou o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

O estudo da Firjan (2024) destaca que o país levou sete anos para incluir 103 municípios na vertente desenvolvimento alto ou moderado do índice Emprego e Renda e com a crise, em apenas três anos, 936 municípios deixaram essa categoria.

O IFDM consolidado de Belém, em 2016, era 0,6918, maior do que o IFDM consolidado do Brasil. No entanto, o município não deixou de ser afetado pela crise econômica do país.

Os gráficos 1.7.4, 1.7.5, 1.7.6 e 1.7.7, acima, demonstraram significativas melhoras de seus índices entre os anos anteriores à crise. A vertente Emprego e Renda conquistou a categoria alto desenvolvimento (índice superior a 0,8 pontos) no ano de 2006 e se mantendo nela até o ano de 2012.

Com a crise, Emprego e Renda desce uma categoria, com pontos entre 0,6 e 0,8 caracterizando o desenvolvimento moderado e se mantém nela.

O índice Educação passa de desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos), em 2005, para desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos), 2010 e consegue manter uma tendência de crescimento muito discreta. E o

índice Saúde que já se encontrava na categoria desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos), em 2005, se mantém com uma igualmente discreta tendência de crescimento.

Quanto ao IFDM consolidado, Belém também apresentou um crescimento regular entre os anos de 2005 e 2012, quando chegou aos 0,7268 pontos, desenvolvimento moderado. Assim como o país e seus municípios, Belém sofreu um recuo, contudo, de apenas 0,035, chegando a 0,6918 pontos. Mas, conseguiu manter-se na mesma categoria, desenvolvimento moderado até 2016.

Lembrando que quanto mais próximo de 1, melhor o desenvolvimento da localidade e que a próxima categoria a ser alcançada por Belém será exatamente a de alto desenvolvimento podemos considerar que a performance de Belém manteve-se consistente e estável.

1.7.2. Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF

As preocupações com a gestão fiscal surgiram em razão de falhas no controle de receitas e despesas da Administração Pública que pediam uma mudança estrutural do regime fiscal. Questões como a responsabilidade e a transparência das finanças públicas eram latentes para evitar riscos nas contas públicas e corrigir desvios que pudessem afetar o equilíbrio econômico. Assim, nasce a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no ano 2000 com o principal objetivo de regular a dívida pública.

A Firjan, com o intuito de cooperar com o equilíbrio das contas públicas, criou em 2012, o Índice Firjan de Gestão Pública (IFGP). Segundo a Firjan (2024), o equilíbrio das contas públicas é importante para a manutenção de um ambiente de negócios competitivo e geração de emprego e renda para a população.

O índice tem abrangência nacional e é anual. Assim, o IFGF tem as funções de: mapa dos principais entraves em torno do Pacto Federativo; instrumento de

suporte para gestores públicos de todo o país administrarem suas contas de forma eficiente; ferramenta de controle social para os cidadãos sobre a administração dos recursos públicos; rating para investidores sobre o ambiente de negócios (IFGF Firjan, 2023).

O IFGF é formado por quatro indicadores com peso igual, cada um representando 25% do índice geral (quadro 1.7.2.1).

Quadro 1.7.2.1 – Indicadores IFGF

Autonomia	Gastos com pessoal	Liquidez	Investimentos
Capacidade de financiar a estrutura administrativa	Grau de rigidez do orçamento	Cumprimento das obrigações financeiras	Capacidade de gerar bem-estar e competitividade
$\frac{\text{Receita Local - Estrut Admin}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	$\frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	$\frac{\text{Caixa - Restos a Pagar}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	$\frac{\text{Investimentos}}{\text{Receita Total}}$

Fonte: Extraído de Firjan IFGF (2024)

O índice IFGF Autonomia avalia a capacidade das prefeituras gerarem recursos suficientes para arcar com seus custos de existência, ou seja, de se sustentarem. Assim, quanto mais próximo de 1,00 maior é a capacidade do município em gerar receitas locais para arcar com os custos de sua estrutura administrativa.

O IFGF Gastos com Pessoal é o principal item da despesa do setor público e o comprometimento das receitas com essa despesa pode implicar na redução recursos para outros fins e, conseqüentemente, afetar as políticas públicas. Assim, a LRF definiu que os gastos com pessoal não podem passar de 60% das receitas correntes líquidas. Dessa forma, quanto mais próximo de 1,00, menor o comprometimento do orçamento com a folha salarial do município e maior capacidade da prefeitura de executar políticas públicas.

O IFGF Liquidez que visa evitar a postergação de despesas contratadas em anos anteriores. Dessa forma, um município não deve iniciar um ano com mais dívidas com fornecedores do que seus recursos em caixa. Quanto mais próximo de 1,00, menos o município está postergando pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura.

O IFGF Investimentos mede a parcela de investimentos nos orçamentos municipais. Este indicador tem uma nota de corte de 12% da sua receita total. Os municípios que investiram mais de 12% da receita total, foi atribuída nota 1,0. Esse índice tem o intuito de garantir o crescimento econômico sustentado. Mede a parcela dos investimentos nos orçamentos municipais.

As pontuações variam entre 0 e 1 e, da mesma forma que o IFDM, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município. De acordo com as pontuações as classificações podem ser: gestão de excelência (resultados superiores a 0,8); boa gestão (entre 0,6 e 0,8 pontos); gestão em dificuldade (entre 0,4 e 0,6 pontos); e gestão crítica (resultados inferiores a 0,4 pontos) (quadro 1.7.2.2).

Quadro 1.7.2.2 – Classificações IFGF

<u>Gestão de Excelência</u>	<u>Boa Gestão</u>	<u>Gestão em Dificuldade</u>	<u>Gestão Crítica</u>
resultados superiores a 0,8 ponto	resultados entre 0,6 e 0,8 ponto	resultados entre 0,4 e 0,6 ponto	resultados inferiores a 0,4 ponto

Fonte: Extraído IFGF Firjan (2024)

Os índices são formados integralmente a partir dos resultados fiscais oficiais declarados pelas próprias prefeituras. Conforme a LRF (2000), os municípios devem encaminhar suas contas para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até o dia 31 de abril do ano seguinte ao exercício referência e, a partir dessa data, o órgão tem 60 dias para disponibilizá-las ao público, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). O Siconfi é a principal fonte de dados para o cálculo do IFGF, índice que analisa as contas dos municípios entre os anos 2013 e 2022.

1.8. A situação dos municípios brasileiros

Segundo a Firjan (2023), nos anos 2020 – 2022, o contexto brasileiro era de estímulo à produção e ao consumo para a superação da queda de 3,3% do PIB, naquele período. Os dados demonstram que a economia cresceu 8% entre 2020 e 2022. Da mesma forma, a inflação também manteve uma alta taxa servindo de motor para o crescimento da receita. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) chegou a R\$ 146 bilhões. Somando-se a isso, houve aumento da remuneração de capitais e maior arrecadação de impostos devido ao contexto de alta inflação e juros.

Para os municípios, isso significou uma alta na liquidez das contas em 2022. No entanto, o quadro fiscal não se manteve favorável. Os pedidos por mais transferência de recursos para dar conta das obrigações financeiras e cumprimento das questões locais, aumentaram. Nesse contexto, o índice IFGF é um instrumento que coopera no debate sobre medidas que possam vir a melhorar a vulnerabilidade fiscal dos municípios (Firjan, 2023).

O IFGF geral chegou a 0,6250 pontos e, entre os 5.240 municípios analisados, 58,1% (3.045 cidades) apresentaram quadro fiscal favorável, em 2022, obtendo classificação boa ou excelente no IFGF. Em contrapartida, para 41,9% dos municípios, o quadro foi de situação fiscal difícil ou crítica.

O IFGF Autonomia apresentou a pior performance em 2022. Em média, as prefeituras brasileiras pontuaram 0,4088 (gestão difícil). O índice considera as receitas resultantes dos esforços tributários das prefeituras e do potencial econômico do município. Não considera, por exemplo, o FPM, os royalties do petróleo nem os ganhos de remuneração do capital.

Segundo a Firjan (2023), 1.570 municípios tiveram nota 0,0 neste indicador e 1.337 municípios tiveram baixo nível de autonomia. O índice IFGF Autonomia deixa claro que em grande parte do país, a receita gerada localmente não é suficiente para a manutenção dos custos mínimos de existência dos municípios deixando-os dependentes das transferências redistributivas como as do FPM.

No caso da região Norte a qual Belém pertence, 42,4% dos municípios, do total analisado, teve nota 0,0. Na região Nordeste, 62,4% dos municípios apresentaram a mesma nota, 0,0. Uma realidade altamente contrastante com as outras regiões do país. Na região Sul, somente 5,9% das prefeituras não se

mantinham; no Centro-Oeste, 11,4% e no Sudeste, 15,0%.

O IFGF Gastos com Pessoal, apresentou uma pontuação média de 0,7031. Esse indicador demonstra quanto os municípios gastaram com a folha de pagamentos de pessoal em relação ao total da receita corrente líquida, em 2022.

A Firjan (2023) coloca que mais da metade dos municípios brasileiros apresentaram baixo comprometimento do orçamento com a folha de pagamentos do funcionalismo público. Contudo, 1.066 municípios estão em situação crítica, gastaram mais de 54% da receita com despesas de pessoal, ultrapassando o limite de alerta da LRF. Aqui também temos as regiões Nordeste e Norte concentrando as cidades com o pior desempenho frente as outras regiões do país. O melhor percentual, 71,9% ficou com a região Sudeste, seguido pelo Sul, 61,6% e pelo Centro-Oeste, 58,3%.

O IFGF Liquidez, analisa a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os recursos disponíveis em caixa para paga-los no ano seguinte. O IFGF teve a melhor pontuação média entre os indicadores IFGF, 0,7198. Aproximadamente 70% dos municípios apresentou nível de liquidez bom ou excelente.

Mesmo com o cenário positivo, 1.591 municípios apresentaram nível de liquidez difícil ou crítico. Destes, 382 prefeituras findaram o ano de 2022 sem recursos em caixa para cobrir os restos a pagar e tiveram nota 0,0. Ou seja, começaram no ano de 2023 no negativo. A concentração de municípios com baixa liquidez, de novo encontra-se no Nordeste (51,3%) e no Norte (44,4%) do Brasil. No Sul, Sudeste e Centro-Oeste, esse percentual não passou de 20% (Firjan, 2023).

O IFGF Investimentos segue marcando essa disparidade entre as regiões do país. A média apresentada para esse indicador, em 2022), foi de 0,6683 com 1.260 prefeituras tendo atingido a nota máxima. em média, 2.229 (42,5%) cidades destinaram apenas 4,9% de suas receitas para investimentos,

apresentando situação difícil ou crítica. Das cidades, 58,8% apresentaram baixo nível de investimento e estão localizadas no Nordeste.

1.8.1 Belém

Belém se encontrava no 19º lugar no ranking de situação fiscal das cidades, em 2022 (tabela 1.8.1).

Tabela 1.8.1 – Ranking situação fiscal das capitais - 2022

Ranking Capitais	UF	Município	IFGF 2022	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
Média das capitais			0,7452	0,9163	0,8071	0,7872	0,4701
Média Brasil			0,6250	0,4088	0,7031	0,7198	0,6684
1º	BA	Salvador	0,9823	1,0000	1,0000	1,0000	0,9294
2º	AM	Manaus	0,9745	1,0000	1,0000	0,9081	0,9489
3º	SP	São Paulo	0,8504	1,0000	1,0000	1,0000	0,4016
4º	ES	Vitória	0,8472	1,0000	1,0000	1,0000	0,3649
5º	PR	Curitiba	0,8350	1,0000	1,0000	1,0000	0,3400
6º	PE	Recife	0,8320	1,0000	1,0000	0,7282	0,6090
7º	SE	Aracaju	0,8116	1,0000	0,6507	0,9070	0,6887
8º	AC	Rio Branco	0,7958	0,9791	1,0000	1,0000	0,2941
9º	MG	Belo Horizonte	0,7956	1,0000	1,0000	0,7713	0,4272
10º	SC	Florianópolis	0,7931	1,0000	0,9283	0,7323	0,9037
11º	RS	Porto Alegre	0,7841	1,0000	1,0000	0,8064	0,3279
12º	AL	Maceió	0,7738	0,9442	0,7384	0,7822	0,4395
13º	MA	São Luís	0,7722	1,0000	1,0000	1,0000	0,0889
14º	GO	Goiânia	0,7664	1,0000	0,9328	0,9662	0,1617
15º	AP	Macapá	0,7567	0,9769	0,9499	1,0000	1,0000
16º	RJ	Rio de Janeiro	0,7543	1,0000	0,8096	0,8444	0,5788
17º	TO	Palmas	0,7301	1,0000	0,5612	0,9736	0,3856
18º	RR	Boa Vista	0,7281	0,4875	0,7443	1,0000	0,6579
19º	PA	Belém	0,6879	1,0000	0,9207	0,5968	0,2341
20º	CE	Fortaleza	0,6794	1,0000	0,5902	0,5791	0,5453
21º	PI	Teresina	0,6776	0,8826	0,7967	0,5834	0,4475
22º	RO	Porto Velho	0,6364	0,5338	0,6086	1,0000	0,4043
23º	RN	Natal	0,6280	1,0000	0,6340	0,6823	0,1958
24º	PB	João Pessoa	0,5992	1,0000	0,0960	1,0000	0,3007
25º	MT	Cuiabá	0,5578	1,0000	0,7342	0,0000	0,4572
26º	MS	Campo Grande	0,4905	1,0000	0,0948	0,0000	0,4678

Fonte: Firjan (2023)

Tabela 1.8.2 – IFGF Capitais, IFGF Brasil e IFGF Belém e componentes

	IFGF 2022	IFGF Autonomia	IFGF Gastos com Pessoal	IFGF Liquidez	IFGF Investimento
Média das Capitais	0,7452	0,9163	0,8071	0,7872	0,4701
Média Brasil	0,6250	0,4088	0,7031	0,7198	0,6684
Belém	0,6879	1,0000	0,9207	0,5968	0,2341

Fonte: Firjan (2023)

O IFGF de Belém foi 0,6879 (boa gestão), em 2022, acima da mediana, 0,6250, no mesmo ano (tabela 1.8.2). Apresentando um quadro fiscal favorável, em 2022, obtendo classificação boa. Com destaque para o IFGF Autonomia que foi 1,0, excelente.

O IFGF Autonomia verifica se as receitas das atividades econômicas do

município superam os custos de manutenção da Câmara de Vereadores e a estrutura administrativa da prefeitura. No caso de Belém, o índice 1,0 significa uma gestão de excelência e encontra-se acima da média das capitais, 0,9163, e da média Brasil 0,4088. Ou seja, a Prefeitura de Belém gera receitas suficientes para manter a sua estrutura administrativa.

Em seguida, com a segunda melhor performance, temos o índice IFGF Gastos com Pessoal pontuando 0,9207, igualmente excelente. Esse índice também se encontra acima da média das capitais, 0,8071 e da média Brasil, 0,7031. Belém tem uma ótima capacidade de planejamento apresentando um baixo comprometimento de seu orçamento com as despesas do funcionalismo público o que lhe proporciona uma maior flexibilidade orçamentária. Sua sustentabilidade fiscal permite o atendimento de importantes funções sociais como a assistência básica de saúde e a provisão da educação infantil.

O índice IFGF Liquidez teve pontuação 0,5968, caracterizado de difícil. Isso significa que está postergando o pagamento das despesas não pagas sem uma boa cobertura de caixa. O fato caracteriza a necessidade de um melhor planejamento para o cumprimento de suas obrigações.

O índice IFGF Investimentos, 0,2341, significa que Belém designa uma baixa parcela de sua receita total aos investimentos, uma despesa que tem a capacidade de gerar bem-estar para a população e um bom ambiente de negócios.

1.9 Indicadores Econômicos

1.9.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador que mede a produção de uma região geograficamente definida, em um intervalo de tempo. Não é o total da riqueza existente em um país como um estoque de valor que existe na economia.

O PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um determinado período. Se uma determinada região não produzir coisa alguma, em um ano, o seu PIB será nulo. Contudo, o PIB é um indicador síntese da economia e não expressa fatores como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Ou seja, uma região pode ter um PIB alto e um padrão de vida baixo. Assim como, uma região pode ter um PIB baixo e um padrão de vida alto. O PIB considerando três grupos principais:

- Agropecuária, formada por: agricultura; extrativa vegetal e pecuária;
- Indústria, composta por: extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil; e
- Serviços, compreendendo: comércio, transporte, comunicação, serviços de administração pública e outros serviços (IBGE, 2017).

O PIB identifica a capacidade de geração de riqueza de um município. Segundo o IBGE (2023), em 2021, o PIB cresceu em todas as 27 unidades federativas, sendo as maiores altas no Rio Grande do Sul (9,3%), Tocantins (9,2%) e Roraima (8,4). Dessas 27 unidades federativas, 6 mudaram de posição entre 2020 e 2021. Rio Grande do Sul que havia caído para o 5º lugar, em 2020, retornou ao 4º lugar, em 2021, trocando de lugar com o Paraná. Mato Grosso, seguiu subindo, passando Pernambuco e se colocando em 11º lugar. O Acre subiu de 24º lugar para 25º e o Amapá desceu para o 26º lugar. Abaixo, o ranking do PIB das unidades da federação (tabela 1.9.1)

Tabela 1.9.1 – PIB - Ranking das Unidades de Federação – 2021

	Unidades da Federação	PIB em 2021 (1.000.000 R\$)
1º	São Paulo	2.719.751
2º	Rio de Janeiro	949.301
3º	Minas Gerais	857.593
4º	Rio Grande do Sul	581.284
5º	Paraná	549.973
6º	Santa Catarina	428.571
7º	Bahia	352.618
8º	Distrito Federal	286.944
9º	Goiás	269.628

10º	Pará	262.905
11º	Mato Grosso	233.390
12º	Pernambuco	220.814
13º	Ceará	194.885
14º	Espírito Santo	186.337
15º	Mato Grosso do Sul	142.204
16º	Amazonas	131.531
17º	Maranhão	124.981
18º	Rio Grande do Norte	80.181
19º	Paraíba	77.470
20º	Alagoas	76.266
21º	Piauí	64.028
22º	Rondônia	58.170
23º	Sergipe	51.861
24º	Tocantins	51.781
25º	Acre	21.374
26º	Amapá	20.100
27º	Roraima	18.203

Fonte: Dados do IBGE (2024)

Segundo a Agência de Notícias (2023) do IBGE, todas as cinco grandes regiões registraram crescimento em volume, em 2021. A maior variação foi a da Região Sul, 6,5%, por conta da autuação do Rio Grande do Sul e a Região Centro-Oeste apresentou a menor variação, devido à baixa performance da agropecuária de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

A Região Norte teve aumento de 5,2% sendo que Rondônia (4,7%) e Pará (4,0%) ficaram bem próximos a medida nacional que foi de 4,8%. O estado do Pará é a unidade de federação, da Região Norte, com a décima maior participação no PIB do Brasil, sendo a maior participação a do Estado de São Paulo. (IBGE, Agência de Notícias 2023).

A Região manteve sua participação de 6,3% em relação ao PIB do Brasil e somente Rondônia e Pará apresentaram mudanças. Rondônia perdeu 0,1 p.p. e o Pará ganhou 0,1 p.p. por conta da performance do preço do minério de ferro.

O PIB da região Norte foi de R\$ 564,064 bilhões e o Pará contribuiu com 46,2%, mantendo a 1ª posição, na região.

O PIB do Pará chegou a R\$ 262, 9 bilhões avançando 0,08 percentual em sua participação na economia nacional. O estado do Pará teve uma participação de 2,9% no PIB do Brasil, ocupando a 10º conforme posto anteriormente.

Em 2021, o PIB de Belém, a preços correntes foi R\$ 33, 4 bilhões, representando 12,7% do PIB estadual. A participação da capital do Pará retraiu em 1,5 ponto percentual em comparação com 2020 (14,2%). O fato foi decorrente do ganho em valor adicionado dos municípios cujas indústrias são o principal setor de atuação. Em Belém, o setor predominante é o de serviços que contribui com 86,6% com administração pública, atividades imobiliárias, comércio e intermediação financeira como as atividades mais importantes. O PIB *per capita* de Belém foi de R\$22.216,33, em 2021 (tabela 1.9.2)-Fapespa, 2023; IBGE, 2024

Tabela 1.9.2 - PIB per capita – Belém, no estado e no Brasil – 2021

BELÉM NO ESTADO DO PARÁ			NO BRASIL		
1º	Canaã dos Carajás	89408,28	1º	Catas Altas - MG	920833,97
2º	Vitória do Xingu	274351,7	2º	Canaã dos Carajás - PA	89408,28
3º	Parauapebas	227449,71	3º	São Gonçalo do Rio Abaixo - MG	684168,71
4º	Cunandópolis	208187,82	4º	Itatiaiuçu - MG	610779,65
5º	Jacareacanga	90011,45	5º	Presidente Kennedy - ES	500174,17
...			...		
34º	Castanhal	22887,75	2918º	Luzinópolis - TO	22243,01
35º	Piçarra	22561,23	2919º	Vera Cruz - SP	22231,9
36º	Belém	22216,33	2920º	Belilim - MA	22216,33
37º	Senador José Portino	21755,17	2921º	São José da Varginha - MG	22210,65
38º	Pau D'Arco	21515,23	2922º	Ibitiúra de Minas - MG	22201,2
...			...		
140º	São João de Pirabas	7771,88	5566º	Nina Rodrigues - MA	5971,88
141º	Augusto Corrêa	7750,19	5567º	Santo Amaro do Maranhão - MA	5916,27
142º	Melgaço	7711,40	5568º	Matões do Norte - MA	5737,04
143º	Terra Alta	6937,27	5569º	Primeira Cruz - MA	5752,25
144º	Cachoeira do Piriá	6447,38	5570º	Santana do Maranhão - MA	5467,56

Fonte: IBGE Cidades (2024)

Belém, no ranking com os outros municípios do estado, estava na 36º posição de 144 municípios. Entre todos os 5.570 municípios brasileiros, Belém se encontrava na 2920º posição. A melhor performance do PIB per capita foi em 2017 quando o total de receitas realizadas foi de R\$ 3.011.707,66 (x1000) e o total de despesas emprenhadas foi de R\$ 2.710.396,34 (x1000). Isso deixou o

município em 1º de 144 entre os municípios do estado e 15º dos 5.570 municípios do Brasil (IBGE Cidades, 2024). Abaixo, a tabela 1.9.3 demonstra a posição ocupada pelos 50 maiores municípios, em relação ao PIB a preços correntes e participações percentual e acumulada, segundo os municípios e as respectivas UF, 2021.

Tabela 1.9.3 - Posição ocupada pelos 50 maiores municípios, em relação ao PIB a preços correntes e participações percentual e acumulada, segundo os municípios e as respectivas UF, 2021.

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1.000 R\$)	Participação (%)	Participação acumulada (%)
São Paulo (SP)	1º	828.980.608	9,20	9,20
Rio de Janeiro (RJ)	2º	359.634.753	3,99	13,19
Brasília (DF)	3º	286.943.782	3,18	16,37
Belo Horizonte (MG)	4º	105.829.675	1,17	17,55
Manaus (AM)	5º	103.281.436	1,15	18,69
Curitiba (PR)	6º	93.063.704	1,09	19,78
Osasco (SP)	7º	86.111.260	0,96	20,74
Maricá (RJ)	8º	85.814.296	0,95	21,69
Porto Alegre (RS)	9º	81.562.848	0,91	22,59
Guarulhos (SP)	10º	77.376.467	0,86	23,45
Fortaleza (CE)	11º	73.436.128	0,81	24,27
Campinas (SP)	12º	72.946.775	0,81	25,08
Niterói (RJ)	13º	68.345.730	0,74	25,81
Salvador (BA)	14º	62.954.487	0,70	26,51
Goiânia (GO)	15º	59.865.990	0,66	27,18
São Bernardo do Campo (SP)	16º	58.277.014	0,65	27,82
Barueri (SP)	17º	58.027.667	0,64	28,47
Jundiaí (SP)	18º	57.670.893	0,64	29,11
Recife (PE)	19º	54.970.305	0,61	29,72
Duque de Caxias (RJ)	20º	53.136.666	0,59	30,31
Paulista (SP)	21º	52.389.437	0,58	30,89
Parauapebas (PA)	22º	49.763.040	0,55	31,44
Itajaí (SC)	23º	47.754.802	0,53	31,97
São José dos Campos (SP)	24º	45.208.808	0,50	32,47
Jornville (SC)	25º	45.069.864	0,50	32,97
Sorocaba (SP)	26º	44.535.398	0,49	33,46
Uberlândia (MG)	27º	43.129.285	0,48	33,94
Saquarema (RJ)	28º	42.179.208	0,47	34,41
Ribeirão Preto (SP)	29º	39.955.572	0,44	34,85
Serra (ES)	30º	37.279.406	0,41	35,27
Campos dos Goytacazes (RJ)	31º	37.179.860	0,41	35,68
São Luís (MA)	32º	36.535.226	0,41	36,09
Contagem (MG)	33º	36.479.765	0,40	36,49
Canas do Carajás (PA)	34º	34.989.610	0,39	36,88
Campo Grande (MS)	35º	34.731.151	0,39	37,26
Piracicaba (SP)	36º	34.535.724	0,38	37,65
Camaçari (BA)	37º	33.971.705	0,38	38,03
Belém (PA)	38º	33.467.126	0,37	38,40
Betim (MG)	39º	33.132.919	0,37	38,76
Santo André (SP)	40º	32.620.295	0,36	39,13
Caxias do Sul (RS)	41º	31.693.460	0,35	39,48
Vitória (ES)	42º	31.423.573	0,35	39,83
Cuiabá (MT)	43º	29.746.934	0,33	40,16
Maceió (AL)	44º	27.484.016	0,30	40,46
São José dos Pinhais (PR)	45º	27.069.653	0,30	40,76
Araucária (PR)	46º	25.267.382	0,28	41,04
Narol (RN)	47º	24.186.282	0,27	41,31
Santos (SP)	48º	24.090.173	0,27	41,58
Teresina (PI)	49º	23.895.231	0,27	41,84
Londrina (PR)	50º	23.604.749	0,26	42,10

Fonte: IBGE Cidades (2024)

A seguir as tabelas de 1.9.4, 1.9.5, 1.9.6 e 1.9.7 demonstram o valor adicionado bruto a preços correntes para: a agropecuária; indústria; serviços exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade e social; e administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social para 2021.

Tabela 1.9.4 – Valor adicionado bruto a preços correntes – Agropecuária (R\$ x 1000) – 2021

BELEM NO ESTADO DO PARÁ

1º	Ulianópolis	1376072,238
2º	Acará	904959,242
3º	São Félix do Xingu	879583,556
4º	Medicilândia	626710,306
5º	Marabá	608068,632
...		
77º	Curuçá	103441,162
78º	Muaná	102947,19
79º	Belém	99129,199
80º	Vigia	97151,299
81º	Trairão	96834,565
...		
140º	Santarém Novo	11704,756
141º	Terra Alta	8621,476
142º	Faro	6823,237
143º	Primavera	5222,329
144º	Marituba	2144,901

NO BRASIL

1º	Sapezal - MT	5004238,725
2º	Sorriso - MT	4271404,262
3º	São Desidério - BA	4191027,751
4º	Diamantino - MT	4006059,148
5º	Campo Novo do Parecis - MT	3914048,586
...		
1460º	Ibimirim - PE	99351,678
1461º	Imbuia - SC	99349,693
1462º	Belém - PA	99129,199
1463º	Anicuns - GO	99062,733
1464º	Palminópolis - GO	98643,581
...		
5566º	Santa Cruz de Minas - MG	56,758
5567º	São Caetano do Sul - SP	30,821
5568º	Mauá - SP	22,476
5569º	Nilópolis - RJ	0
5569º	Águas de São Pedro - SP	0

Fonte: IBGE Cidades (2024)

Tabela 1.9.5 – Valor adicionado bruto a preços correntes – Indústria (R\$ x1000) – 2021

BELEM NO ESTADO DO PARA

1º	Parauapebas	40659673.703
2º	Canaã dos Carajás	30877741.73
3º	Marabá	6619046.179
4º	Barcarena	4694504.226
5º	Tucuruí	4170635.944
6º	Vitória do Xingu	3855939.893
7º	Belém	3545283.074
8º	Curionópolis	3061789.874
9º	Paragominas	1596136.91
10º	Ananindeua	1035393.931
140º	Peixe-Boi	2304.036
141º	Santarém Novo	1967.221
142º	São João da Ponta	1730.949
143º	Santa Cruz do Arari	1680.266
144º	Bannach	1601.068

NO BRASIL

1º	Maricá - RJ	65616073.34
2º	São Paulo - SP	62513855.107
3º	Rio de Janeiro - RJ	45605892.113
4º	Parauapebas - PA	40659673.703
5º	Manaus - AM	37697008.567
117º	Maracanaú - CE	3664706.614
118º	Aparecida de Goiânia - GO	3572536.13
119º	Belém - PA	3545283.074
120º	São Caetano do Sul - SP	3515560.444
121º	Rio Verde - GO	3502650.672
5566º	Santo Antônio do Rio Abaixo - MG	629.076
5567º	Frei Lagonegro - MG	606.4
5568º	São Sebastião do Rio Preto - MG	580.434
5569º	João Dias - RN	559.562
5570º	Cachoeira Dourada - GO	477325.772

Fonte: IBGE Cidades (2024)

Tabela 1.9.6 – Valor adicionado bruto a preços correntes – Serviços EXCLUSIVE administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ x 1000) – 2021

BELEM NO ESTADO DO PARA			NO BRASIL		
1º	Belém	17781260.317	1º	São Paulo - SP	540767395.36
2º	Parauapebas	5858071.734	2º	Rio de Janeiro - RJ	177541096.106
3º	Ananindeua	4679682.042	3º	Brasília - DF	127696742.323
4º	Marabá	3400749.47	4º	Belo Horizonte - MG	63160999.104
5º	Santarém	3100360.174	5º	Osasco - SP	50464575.895
140º	Peixe-Boi	11433.991	24º	Uberlândia - MG	19167342.636
141º	Bannach	10297.568	25º	Joinville - SC	16174354.379
142º	Santa Cruz do Arari	8766.065	26º	Colatina - ES	17761200.917
143º	Santarém Novo	8030.089	27º	São Luís - MA	17689955.589
144º	São João da Ponta	8162.921	28º	Marcá - RJ	17609607.046
			5566º	Oliveira de Fátima - TO	3944.100
			5567º	Chapada de Areia - TO	3829.536
			5568º	Aroeiras do Itaim - PI	3816.77
			5569º	Lavandeira - TO	3722.872
			5570º	Santo Antônio dos Milagres - PI	2712.951

Tabela 1.9.7 – Valor adicionado bruto a preços correntes – administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ x 1000) – 2021

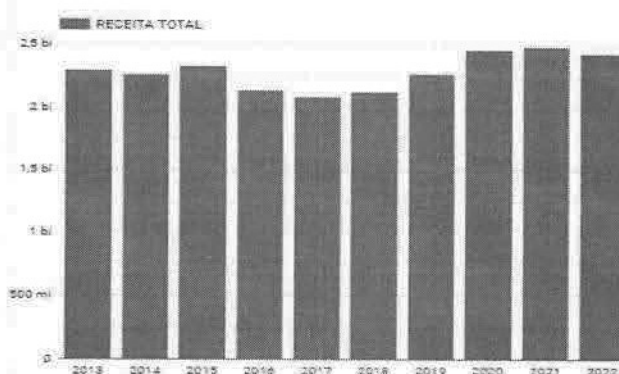
BELEM NO ESTADO DO PARA			NO BRASIL		
1º	Belém	57.19640.392	1º	Brasília - DF	116.609.197.863
2º	Ananindeua	10.34169.43	2º	Rio de Janeiro - RJ	58.971.983.974
3º	Parauapebas	10.02751.508	3º	São Paulo - SP	49.453.704.592
4º	Marabá	14.13552.649	4º	Belo Horizonte - MG	12.743.804.676
5º	Santarém	13.37163.602	5º	Manaus - AM	11.279.367.519
140º	Santarém Novo	3.8857.26	15º	Nova Iguaçu - RJ	6.808.571.846
141º	Abel Figueiredo	3.6435.17	16º	Guarulhos - SP	5.882.058.391
142º	Pau D'Arco	3.6368.853	17º	Belém - PA	5.719.548.392
143º	São João da Ponta	3.1347.402	18º	Campinas - SP	5.162.393.173
144º	Bannach	2.3385.463	19º	Macapá - AP	4.962.711.129
			5566º	Cedro do Abaeté - MG	1.0668.234
			5567º	Araguainha - MT	1.0656.244
			5568º	Anhangüera - GO	1.0638.995
			5569º	Fernando de Noronha - PE	9420.111
			5570º	Serra da Saudade - MG	8460.572

Fonte: IBGE Cidades (2024)

1.10 Receitas e Despesas

A Receita Total de Belém foi de R\$ 2.432.501.030,82, em 2022. A composição dessa receita se deu com R\$ 1.197.422.906,57 (49%) de receita própria e R\$ 1.235.058.124,25 (51%) de transferências externas. Os dados apresentados nos gráficos 1.10.1 e 1.10.2 e 1.10.3, a seguir, consideram a série histórica compreendida entre 2013 e 2022 e estão em valores correntes (Belém em números, 2024).

Gráfico 1.10.1 – Evolução das Receitas Totais – 2013/2022 (em mil reais)



Fonte: Belém em números (2024)

Gráfico 1.10.2 – Evolução da Receita Própria e das Transferências externas –Belém – 2013/2022 (em mil reais)



Fonte: Belém em números (2024)

Tabela 1.10.3 – Belém - Valores – Receita Própria, Transferências Externas e Receita Total para o período 2013 – 2022.

Ano de referência -	1. RECEITA PRÓPRIA	2. TRANSFERÊNCIAS EXTERNAS	RECEITA TOTAL
2013	1.008.257.250,13	1.285.365.514,5	2.294.622.764,63
2014	1.040.333.239,12	1.202.430.101,45	2.262.963.334,57
2015	1.055.018.739,27	1.270.943.994,76	2.326.962.733,03
2016	942.772.697,34	1.198.130.284,96	2.140.902.922,3
2017	995.174.362,99	1.089.063.124,46	2.084.237.486,85
2018	1.030.470.630,45	1.067.514.132,92	2.128.284.766,98
2019	1.104.324.700,38	1.163.727.218,09	2.268.051.918,47
2020	1.099.598.124,13	1.361.519.485,89	2.461.117.610,02
2021	1.158.541.898,48	1.315.361.870,13	2.484.203.768,61
2022	1.197.442.926,57	1.235.059.124,25	2.492.501.030,82

Fonte: Belém em números (2024)

A seguir, os gráficos das tabelas 1.10.4 a 1.10.7 permitem uma fotografia da situação da execução orçamentária e financeira da Prefeitura de Belém, em 2024. Os dados e gráficos foram extraídos do Portal da Transparência da Prefeitura de Belém (2024) e referem-se ao ano de 2024.

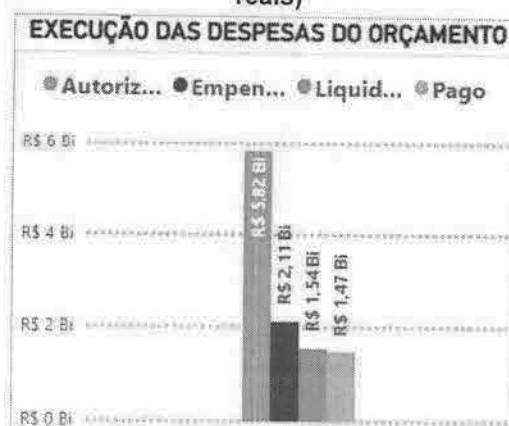
Gráfico 1.10.4 – Disponibilidade de orçamento – Belém – 2024 (em mil reais)



Fonte: Extraído do Portal da Transparência, Prefeitura (2024)

Em 2024, a execução foi orçada em R\$ 5.327.810.989,00 (cinco bilhões, trezentos e vinte e sete milhões, oitocentos e dez mil e novecentos e oitenta e nove reais). Houve uma necessidade de alterações no valor de R\$494.773.483, 35 (quatrocentos e noventa e quatro milhões, setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos) o que levou a uma autorização para R\$ 5.822.584.472,35 (cinco bilhões, oitocentos e vinte e dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos) (gráficos 1.10.4).

Gráfico 1.10.5 – Execução das despesas do orçamento – Belém – 2024 (em mil reais)

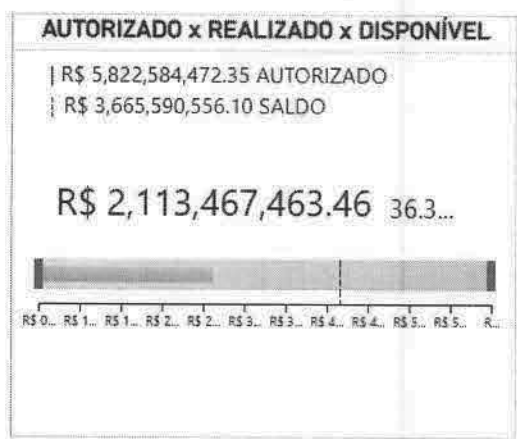


Fonte: Extraído do Portal da Transparência, Prefeitura (2024)

Do orçamento autorizado, foram empenhados R\$ 2.113.467.463, 46 (dois bilhões, cento e treze milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais e quarenta e seis centavos); liquidados

R\$1.538.977.178,64 (hum bilhão, quinhentos e trinta e oito milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e setenta e oito reais e sessenta e quatro centavos); e pagos R\$ 1.466.418.364,48 (hum bilhão, quatrocentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) (gráfico 1.10.5).

Gráfico 1.10.6 – Autorizado x Realizado x Disponível – Belém – 2024 (em mil reais)



Fonte: Extraído do Portal da Transparência, Prefeitura (2024)

Gráfico 1.10.7 – Autorizado x Realizado x Reservado x Disponível – Belém – 2024 (em mil reais)



- Autorizado R\$ 5.82 bilhões (50%)
- Realizado R\$ 2.11 bilhões (18,15%)
- Reservado R\$ 43.52 milhões (0,37%)
- Saldo R\$ 3.66 bilhões (31,48%)

Fonte: Extraído do Portal da Transparência, Prefeitura (2024)

Os gráficos 1.10.6 e 1.10.7 colocam a distribuição do orçamento considerando os saldos autorizado, realizado, reservado e o disponível. Esse gráfico demonstra que do total autorizado, R\$ 5.822.584.472,35, considerando que o total realizado foi de R\$ 2.113.467.463,46, prevalece um saldo de R\$ 3.665.590.556,10.

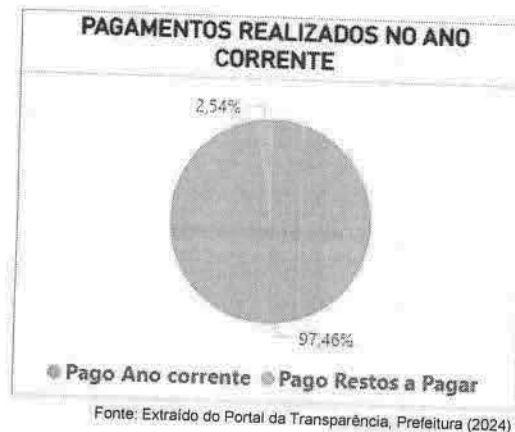
O gráfico 1.10.8 e 1.10.9 abaixo, demonstram, respectivamente, orçamento por tipo de despesa e os pagamentos realizados no ano corrente 2024. O percentual de 39,41% destinado a folha de pessoal encontra-se abaixo do preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, 2000) e o pago aos restos a pagar foram de apenas 2,54%, até o momento maio de 2024. Pontos favoráveis para a Prefeitura de Belém.

Gráfico 1.10.8 –Orçamento por tipo de despesa – Belém – 2024 (em mil reais)



Fonte: Extraído do Portal da Transparência, Prefeitura (2024)

Gráfico 1.10.9 –Pagamentos realizados no ano corrente – Belém – 2024 (em mil reais)



Os gráficos postos acima denotam que a Prefeitura de Belém tem um planejamento orçamentário que prevê uma saúde financeira equilibrada.

2. Avaliação dos Serviços de Intermediação da Folha de Pagamento

2.1. Avaliação econômico-financeira

Este capítulo tem por objetivo precificar os serviços bancários descritos a seguir:

- I. Pagamento, com exclusividade, de salários, proventos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de servidores ou empregados públicos ativos ou inativos e pensionistas, inclusive aqueles que vierem a ser contratados futuramente pela Administração Direta e Indireta do Município de Belém.
- II. Pagamento dos fornecedores, bens, serviços e insumos contratados pela Administração Direta e Indireta do Município de Belém.
- III. Concessão, sem exclusividade, de empréstimo consignado aos servidores ou empregados públicos ativos ou inativos e pensionistas da Administração Direta e Indireta do Município de Belém.

A avaliação econômico-financeira foi baseada em um cenário de referência aplicável à aferição do preço mínimo dos serviços bancários. Para

15
tanto, um conjunto de premissas econômico-financeiras foi adotado para a parametrização do cenário de referência.

Esta avaliação foi feita para fins de determinação de um preço mínimo que proporcione competição ao processo licitatório, levando em consideração a estrutura do setor bancário, para assim maximizar o valor a ser recebido pela licitação. Neste sentido, o preço mínimo refere-se ao valor mínimo a ser auferido pela Prefeitura Municipal de Belém que reflita, dentro de parâmetros de mercado e dentro do princípio da razoabilidade, o valor dos serviços prestados.

Adicionalmente, este preço mínimo deve ser determinado de forma a considerar não só os ganhos provenientes da prestação dos serviços licitados, mas também a necessidade de investimentos para a montagem da estrutura necessária à prestação de tais serviços e a incerteza na determinação dos parâmetros e premissas econômico-financeiras necessárias à sua avaliação.

2.2. Metodologia adotada e premissas

A metodologia adotada na avaliação foi o fluxo de Caixa Descontado a valor presente que consiste em mensurar o valor de um conjunto de ativos a partir da projeção de seus fluxos de caixa líquidos gerados pelas suas operações futuras.

Na avaliação econômico-financeira realizada foram projetados os fluxos de caixa gerados pela prestação dos serviços bancários anteriormente descritos, como também por um conjunto de serviços bancários adicionais que poderiam ser prestados pela instituição bancária em função desta base de clientes incremental associada à folha de pagamento. Neste sentido, foram considerados os principais serviços bancários prestados por um banco comercial representativo.

Não foi considerada a venda de produtos bancários específicos, tais como financiamento imobiliários, fundo de investimento financeiro, entre outros serviços que dependem mais especificamente do perfil e estratégia comercial de cada banco.

Os fluxos de caixa foram projetados pelo período de cinco anos, conforme o prazo de vigência da prestação dos serviços previsto em Edital. As informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Belém basearam as premissas e

parâmetros relativos à projeção da massa salarial, quantitativo de funcionários e volume de crédito consignado. As premissas gerais adotadas na avaliação econômico-financeira foram:

- ◆ Data base da avaliação: abril de 2024.
- ◆ As projeções financeiras estão apresentadas em termos nominais, ou seja, contemplam a inflação estimada ao longo do período de projeção e estão expressas em reais (R\$).
- ◆ A taxa de desconto adotada foi de 10% (dez por cento), a.a., tendo como base taxas praticadas em avaliações recentes de negócios correlatos e a atual conjuntura macroeconômica.

O fluxo de caixa projetado para avaliação dos serviços bancários foi estruturado conforme o quadro 2.2.1, abaixo:

Quadro 2.2.1 – Estrutura do Fluxo de Caixa

RECEITAS
Tarifas
Empréstimos
Floating
(-)CUSTOS E DESPESAS
Custo administrativo
Inadimplência
Compulsório, subsídio cruzado, encargos fiscais e FGC*
(=) EBITDA
(-) IR/CSLL
(=) FLUXO DE CAIXA

*Fundo garantidor de crédito

As premissas e parâmetros que balizaram a projeção das contas do fluxo de caixa estão detalhadas a seguir.

2.3 Carteira de clientes

A carteira de clientes é composta pelos fornecedores, prestadores de serviço e servidores do Município de Belém que se mantêm como correntistas no banco vencedor do certame, ou seja, não realizam a portabilidade de suas contas correntes⁴. Para a projeção da carteira de clientes pessoa física foram projetados o quantitativo de servidores e pensionistas da Administração Direta e Indireta do Município de Belém e a massa salarial correspondente. Sobre o quantitativo de servidores e a massa salarial foi aplicada uma taxa de portabilidade de 40% (quarenta por cento), ou seja, 60% (sessenta por cento) dos servidores permanecem na carteira do banco vencedor do certame, conforme observado em licitações anteriores.

Para a projeção do quantitativo de servidores e pensionistas da Administração Direta e Indireta do Município de Belém foi adotada uma taxa de crescimento de 2% (dois por cento) ao ano, tendo partido do quantitativo de 30.766 servidores ativos, aposentados e pensionistas. A despesa com a folha dos servidores totais do Município de Belém representou, em abril de 2024, o valor de R\$ 156.102.914,46 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e dois mil, novecentos e quatorze reais e quarenta e seis centavos) (tabela 2.3.1).

Tabela 2.3.1 – Perfil da Folha abril/ 2024

Folha de Pagamentos Servidores	Valor total da folha abril/2024	Nº de funcionários
Ativos/ Inativos/ Pensionistas	R\$ 156.102.914,46	30.766

Fonte: Prefeitura de Belém (2024)

2.4 Receita

A receita gerada pela prestação dos serviços bancários anteriormente elencados é composta de:

- ✓ Tarifas bancárias:
 - Tarifa pessoa física;

- Tarifa pessoa jurídica;
- ✓ Empréstimo destinado à pessoa física:
 - Empréstimo pessoal;
 - Empréstimo consignado;
 - Cheque especial.
- ✓ Floating:
 - Floating da massa salarial.
- ✓ Tarifas Bancárias

A receita com tarifas bancárias advém da cobrança de tarifas bancárias de pessoa física, jurídica e tarifa de serviço de arrecadação de tributos e taxas municipais, conforme detalhado a seguir.

✓ Tarifa Pessoa Física

A tarifa pessoa física é cobrada do quantitativo de servidores e pensionistas da Administração Direta e Indireta do Município de Belém que se manterá com conta corrente no banco vencedor do certame. Essa receita foi calculada a partir do quantitativo projetado de servidores e da tarifa de pessoa física. Como parâmetro para a tarifa de pessoa física foi utilizada a média da tarifa do pacote padronizado de pessoa física praticada pelos principais bancos comerciais, conforme apresentado na tabela 2.4.1 abaixo.

Tabela 2.4.1 – Tarifa Mensal do Pacote Padronizado Pessoa Física

BANCO	TARIFA
Banco Santander (Brasil) S.A. - Santander	R\$ 15,99
Banco Bradesco S.A. - Bradesco	R\$ 15,45
Banco do Brasil S.A. - BB	R\$ 14,60
Itaú Unibanco Bm S.A. - Itaú	R\$ 16,10
Caixa Econômica Federal - CEF	R\$ 14,60

Tarifa média	R\$ 15,35
--------------	-----------

Fonte: BCB (2024)

✓ Tarifa Pessoa Jurídica

A tarifa pessoa jurídica é cobrada dos fornecedores e prestadores de serviços da Administração Direta e Indireta do Município de Belém que devem manter uma conta corrente ativa no banco para o recebimento do pagamento pela prestação de serviços e fornecimento de material. Essa receita foi calculada a partir da estimativa do quantitativo de fornecedores e prestadores de serviços e da tarifa de pessoa jurídica. Como parâmetro para a tarifa mensal de pessoa jurídica foi utilizada a média da tarifa de manutenção de conta corrente ativa de pessoa jurídica praticada pelos principais bancos comerciais, conforme a tabela 2.4.2 a seguir.

Tabela 2.4.2 – Tarifa de Manutenção da Conta Corrente Ativa

BANCO	TARIFA
Bco Santander (Brasil) S.A. - Santander	R\$ 75,00
Bco Bradesco S.A. - Bradesco	R\$ 74,95
Bco do Brasil S.A. - BB	R\$ 59,95
Itaú Unibanco S.A. - Itaú	R\$ 73,00
Caixa Econômica Federal - CEF	R\$ 55,00
Tarifa média	R\$ 67,58

Fonte: BCB (2023)

✓ Empréstimo destinado a pessoa física

A receita gerada com empréstimos é composta de *spreads* auferidos com empréstimo consignado, empréstimo pessoal e cheque especial tomado pelos servidores e pensionistas da Administração Direta e indireta do Município de Belém. Para cada uma destas modalidades de empréstimo, foi considerado um *spread* específico calculado a partir das taxas médias praticadas para cada uma destas modalidades de empréstimo divulgadas pelo Banco Central do Brasil e do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), considerado o custo de captação do banco, conforme detalhado a seguir.

✓ Empréstimo Consignado

A receita com *spread* do crédito consignado é calculada separadamente, com base no valor médio estimado de dedução por consignado sobre a folha dos servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Belém. A partir do prazo e taxa de juros médios das operações de crédito consignado concedidas aos trabalhadores do setor público, calcula-se a fração do recebimento (dedução por consignado) que corresponde ao *spread*.

✓ Empréstimo Pessoal

A receita com *spread* do empréstimo pessoal foi calculada com base no *spread* de empréstimo pessoal do setor bancário como percentual da massa salarial brasileira⁷. Em meio ao ciclo de alta acelerada da Selic pelo Comitê de Políticas Monetárias (COPOM), a taxa média de juros, no crédito livre, passou de 35,3% ao ano para 36,5% ao ano. Para as pessoas físicas, a taxa média de juros no crédito livre passou de 46,3% ao ano para 48,1% ao ano. Conforme mencionado, o *spread* do empréstimo pessoal do setor bancário foi calculado a partir do volume de empréstimo pessoal do setor bancário, taxa de juros média de empréstimo pessoal e CDI. Tendo em vista o perfil da folha salarial em questão e a menor propensão a tomar crédito pessoal em função da disponibilidade e condições de crédito consignado, um redutor de 80% (oitenta por cento) foi aplicado sobre a proporção *spread* de empréstimo pessoal/massa salarial brasileira.

✓ Cheque Especial

A receita com *spread* do cheque especial foi calculada com base no *spread* de cheque especial do setor bancário como percentual da massa salarial brasileira. A taxa do cheque especial passou de 125,7% ao ano para 132,6% ao ano. Vale lembrar que desde janeiro/2020 o Banco Central passou a aplicar uma limitação dos juros do cheque especial em 8% ao mês (151,82% ao ano). O *spread* do cheque especial do setor bancário foi calculado a partir do volume de recursos tomado em cheque especial do setor bancário, taxa de juros média de cheque especial e CDI. Tendo em vista o perfil dessa folha salarial, em que outras modalidades de empréstimos menos onerosas estão disponíveis, foi adotado um redutor de 50% (cinquenta por cento) sobre a proporção *spread* de

perfis, sendo fundamentalmente não observáveis do ponto de vista de uma avaliação externa. A calibragem de tais parâmetros foi realizada em função de premissas baseadas em dados macroeconômicos, em dados contábeis agregados dos bancos e em características qualitativas do sistema bancário.

Neste sentido, a percepção de valor por parte dos bancos participantes do processo tem significativa importância, principalmente porque os bancos têm acesso a um conjunto de informações distintas em relação ao perfil dos correntistas. Tais informações são fundamentais na avaliação individual dos bancos em relação aos serviços ora licitados, já que podem incorporar na modelagem financeira especificidades relacionadas ao perfil dos correntistas de modo a refinar a calibragem dos parâmetros, bem como adequar a avaliação a sua percepção de risco, principalmente no que diz respeito à retenção do consignado e à portabilidade bancária.

A estrutura do mercado também é um importante fator que deve ser levado em conta neste processo, pois tem impacto significativo sobre os resultados de qualquer leilão. Em particular, a concentração bancária no país tem aumentado de forma consistente nos últimos anos. O resultado de um leilão com um número reduzido de compradores é extremamente difícil de prever. A presença de poucos competidores pode gerar um incentivo para que os bancos ofereçam preços mais baixos comparativamente ao caso hipotético de uma indústria bancária extremamente competitiva, principalmente se os agentes possuírem certo nível de conhecimento tácito sobre seus competidores.

De fato, são vários os fatores que influenciam o sucesso da venda dos serviços bancários licitados, entre os quais se incluem a forma do leilão, a divulgação de informações, a competição gerada pelo preço mínimo e a percepção de valor de mercado por parte de cada instituição.

O trabalho de análise administrativa e financeira que constitui este ETP permitiu estimar o preço mínimo para a venda da folha de pagamentos da Prefeitura de Belém no valor de **R\$66.280.000,00** (sessenta e seis milhões e duzentos e oitenta mil reais).

Por fim, ressalta-se que o presente Estudo Técnico Preliminar foi feito com base nos produtos entregues pela APV Assessoria Administrativa e Financeira, quais sejam, Produtos 1, 2 e 3, entregues por força contratual.

cheque especial/massa salarial brasileira.

✓ Floating

A receita com *floating* da folha salarial e arrecadação de tributos corresponde ao rendimento auferido pelo banco entre as datas de depósito dos recursos e seu resgate. Este rendimento foi calculado com base na taxa do CDI.

✓ Floating da Folha Salarial

A receita com *floating* da folha salarial foi calculada tendo como valor base do principal a massa salarial líquida estimada de 2023/ 2024, correspondente à carteira de clientes que não realizaram a portabilidade bancária e uma taxa de crescimento de 10% (dez por cento) ao ano. Foi adotado o prazo de 1 (um) dia que corresponde ao prazo máximo estabelecido pelo Edital para a disponibilização de tais recursos pelo banco.

2.5 Custos e Despesas

As componentes seguintes foram consideradas para o cálculo dos custos e despesas.

- Custo administrativo
- Inadimplência
- Compulsório, subsídio cruzado, encargos fiscais e FundoGarantidor de Crédito (FGC).

Os custos e despesas foram calculados como proporção dos *spreads* auferidos pela prestação dos serviços bancários. Considerando a média do período 2020/2022, o custo de captação continua sendo o principal componente do Indicador de Custo do Crédito (ICC) – média de 32,71% de participação na decomposição do ICC. Em seguida estão inadimplência – média de 19,68%, despesas administrativas – média 18,98%, tributos e fundo Garantidor de Crédito (FGC) – média de 14,71% e, finalmente, margem financeira do ICC – média de 13,94%. Conforme o Relatório de Economia Bancária divulgado pelo Banco Central (2024).

A decomposição do ICC objetiva identificar e mensurar os principais

atores que determinam o custo do crédito para os tomadores.

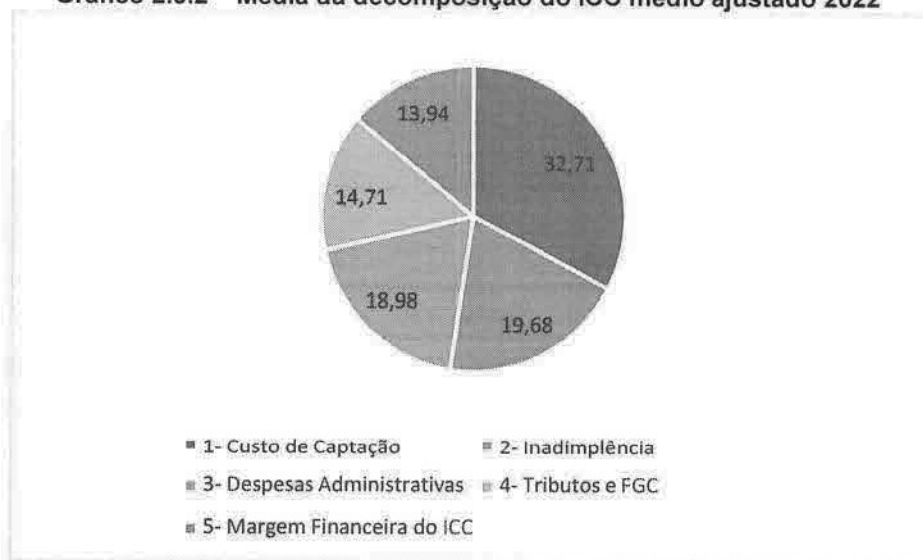
Em 2022, o custo de captação estava em 35,90%, o de inadimplência em 19,52%, despesas administrativas em 16,38%, tributos e FGC em 14,31% e a margem financeira em 13,88% (tabela 2.5.1). A média está representada no gráfico 2.5.2.

Tabela 2.5.1 – Decomposição do ICC Médio Ajustado

Discriminação	2020	2021	2022	Média
1- Custo de Captação	30,48	31,73	35,90	32,71
2- Inadimplência	21,22	18,30	19,52	19,68
3- Despesas Administrativas	20,11	20,46	16,38	18,98
4- Tributos e FGC	14,24	15,59	14,31	14,71
5- Margem Financeira do ICC	13,95	13,99	13,88	13,94
ICC Médio Ajustado (1+2+3+4+5)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária (2023)

Gráfico 2.5.2 – Média da decomposição do ICC médio ajustado 2022



Fonte: Banco Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária (2023)

Nota-se que os parâmetros levantados pelo Banco Central se referem ao custo médio dos bancos comerciais brasileiros. Na avaliação em questão trata-se da adição incremental de clientes a carteira de uma instituição bancária em operação, o que, em particular, corresponderia a custos inferiores. Neste sentido, foi aplicado um redutor do custo bancário de 10% (dez por cento).

2.6 Imposto de renda e contribuição social

Foram aplicadas as alíquotas de 25% e 20% para Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o EBITDA, projetado a partir das contas anteriormente detalhadas.

2.7 Resultados

Como resultado da aplicação das premissas anteriormente descritas, a avaliação do preço mínimo foi de **R\$ 66.280.000,00** (sessenta e seis milhões e duzentos e oitenta mil reais).

Valor estimado	R\$ 66.280.000,00
-----------------------	--------------------------

3 CONCLUSÕES

Embora os resultados do presente ETP sejam robustos e utilizem uma metodologia com precedentes relevantes na literatura, cabe registrar alguns aspectos importantes referentes a questões que devem ser consideradas no processo de tomada de decisão a partir do presente estudo.

A avaliação econômico-financeira realizada objetivou o preço mínimo dos serviços bancários. O preço mínimo é determinado considerando não apenas os ganhos provenientes da prestação dos serviços licitados, mas também a necessidade de investimentos para a montagem da estrutura necessária à prestação de tais serviços e a incerteza na determinação dos parâmetros econômico-financeiros. Adicionalmente, o preço mínimo deve também proporcionar competição ao processo licitatório, pois considera diferentes estruturas de custo e nível de eficiência das instituições bancárias. Desta forma, o preço mínimo poderá garantir um maior número potencial de participantes no processo licitatório.

Ademais há também uma significativa incerteza em relação à função de produção dos agentes ofertantes, haja visto os diversos cenários possíveis relativos à portabilidade bancária e ao crédito consignado. Observa-se também que as instituições bancárias possuem estrutura de custos diversa, que depende de uma série de fatores como o perfil dos serviços oferecidos e a carteira de clientes, além de aspectos ligados à operacionalização das atividades bancárias.

Determinados parâmetros adotados na avaliação econômico-financeira realizada são comportamentais, podendo variar entre correntistas de diferentes

REFERÊNCIAS

Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em www.atlasbrasil.org.br Acessado em julho de 2024.

Centro de Políticas Sociais (CPS). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em <http://www.fgv.br/cps/brics> Acessado em fevereiro de 2024.

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA. Disponível em <https://www.fapespa.pa.gov.br> Acessado em maio de 2024.

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN. Disponível em <http://www.firjan.com.br>. Acessado em maio de 2024.

_____. IFDM. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Disponível em <http://www.firjan.com.br/ifdm> Acessado em maio de 2024.

_____. IFGF. Índice de Gestão Fiscal. Disponível em <http://www.firjan.org.br/ifgf> acessado em maio de 2024.

Instituto Água e Saneamento (IAS). Disponível em <https://www.aguasesaneamento.org.br> .Acessado em março de 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em www.ibge.gov.br . Acessado em maio de 2024.

IBGE Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br> Acessado em abril de 2024.

Instituto Trata Brasil. Disponível em <https://tratabrasil.org.br> Acessado em abril de 2024.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> Acessado em abril de 2024.

Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <http://portal.mte.gov.br>. Acessado em março de 2024.

Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Belém. Disponível em <https://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/> Acessado em maio de 2024.

Prefeitura Municipal de Belém. Disponível em <https://prefeitura.belem.pa.gov.br> Acessado em maio de 2024

_____. Secretaria Municipal de Planejamento (SEGEPI). Anuário 2020. Disponível em <https://anuario.belem.pa.gov.br/> Acessado em março de 2024.

PORTAL ODM. Relatórios Dinâmicos. Disponível em <http://relatoriosdynamics.com.br> Acessado em maio de 2024.

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis). Série histórica Disponível em <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> Acessado em março de 2024.

Tesouro Nacional. Disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acessado em março de 2024.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em <https://www.tse.jus.br>. Acessado em março de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br CECILIA MARIA SODRE SILVA
Data: 17/06/2024 14:53:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cecília Maria Sodré Silva
Matricula nº 2004453-014
Equipe de Planejamento de Contratação

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CLAUDIA ALMEIDA DE LIMA
Data: 17/06/2024 15:34:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Cláudia Almeida de Lima
Matricula nº 382345-010
Equipe de Planejamento de Contratação